

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Governo tornou hoje público o Plano de Ação para a Comunicação Social. Entre outras medidas, tem sido destacada a intenção de acabar com a publicidade no serviço público de televisão. Recorde-se que, atualmente, a RTP pode transmitir 6 minutos de publicidade por cada 60 minutos de emissão. A intenção do Governo, já noticiada pelo jornal Eco a 6 de Outubro, será reduzir gradualmente este limite: diminuindo, a cada ano, dois minutos de publicidade por cada 60 minutos de emissão, a publicidade terminaria definitivamente em 2027.

A RTP não é, nem deve ser, uma televisão como as demais. Se a RTP tem obrigações particulares de serviço público, essas obrigações diferenciam-na, necessariamente, da oferta privada. Esta função, que lhe é conferida pelo Contrato de Concessão e que justifica o financiamento que recebe do Estado, deve passar pelo reforço da produção própria, pelo estabelecimento de padrões de referência e, com isto, pela regulação do mercado de *media* em Portugal.

É impossível garantir um serviço público de qualidade sem financiamento adequado. Segundo o jornal Público, na edição de 8 de Outubro, a quebra de receitas de publicidade que o Governo quer impor à RTP “não terá implicações junto dos contribuintes”. Se tal significa que o Governo recusa atualizar a Contribuição Audiovisual, mesmo que esta se mantenha inalterada há anos, também não há qualquer indicação de que a tutela tenha intenção de reforçar o financiamento da RTP por via do Orçamento do Estado. A única intenção que se conhece da parte do Governo é uma referência vaga, inscrita na referida notícia, à necessidade de a RTP garantir “ganhos de eficiência que permitam colmatar parte destas perdas, não tendo sido possível apurar que mudanças na gestão poderão estar em causa”.

Acontece que a RTP resiste, há demasiados anos, com o esforço dos seus profissionais e com o prestígio que o seu trabalho conquistou junto dos espectadores, a uma situação de subfinanciamento crónico. Esse subfinanciamento foi ativamente promovido pelo último Governo de PSD/CDS, cujo programa incluía a privatização da empresa, tendo sido posteriormente mantido por vários governos do PS. Se o financiamento da RTP é já insuficiente, a intenção hoje

anunciada pelo governo pode conduzir a empresa a uma situação insustentável.

Com esta operação, o governo procura transferir 20 milhões de euros anuais da RTP para os seus concorrentes privados, promovendo o desmantelamento do serviço público. A ameaça de dispensar 250 trabalhadores, referida no Plano de Ação para a Comunicação Social e citada pela Agência Lusa, será apenas o primeiro passo desta estratégia de destruição do serviço público de televisão.

Se o Estado quer – como deve querer, por bom senso e imperativo constitucional – um serviço público de rádio e televisão, então deve decidir, de uma vez por todas, paga-lo na totalidade. A anunciada intenção de impor à RTP um corte substancial das receitas, sem que se conheça qualquer mecanismo de compensação, é um sinal de que o governo quer caminhar no sentido inverso.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Assuntos Parlamentares, as seguintes questões:

1. Confirma o Governo que o fim da publicidade na RTP terá um impacto de 20 milhões anuais no financiamento da RTP?
2. Confirma o governo que não vai compensar esse corte, agravando a situação de subfinanciamento crónico da RTP e lançando o serviço público de televisão para um crise sem precedentes?

Palácio de São Bento, 8 de outubro de 2024

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)

FABIAN FIGUEIREDO(BE)